



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1109

A Terra e os Nomes: sentidos e demarcações da América Latina e do Caribe.

Raony Palicer

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Este trabalho realiza um levantamento histórico-teórico dos diferentes termos utilizados para denominar as regiões da América Latina e do Caribe – com foco nestes últimos por sua preponderância atual – bem como as diferentes formulações que tem definido tais termos e delimitado sua abrangência. Desse modo, fazemos uso da metodologia de revisão bibliográfica para visualizar o surgimento, os significados, as mudanças e as apropriações dessas nomenclaturas ao longo da história. Observamos que os diferentes termos partem normalmente da visão do colonizador, sem a preocupação com uma ligação coerente entre o nome dado e a terra representada, mesmo quando são utilizadas palavras retiradas de língua nativas, elas são depostas de seu sentido original. Entretanto, as denominações são objetos de disputas, sendo comum o caso de transformação de um termo colonial pejorativo em símbolo local valorativo. Isto ocorre com os dois termos focados pelo estudo, América Latina e Caribe, que passam por um processo de resignificação, tornando-se elementos centrais de movimentos de resistência latinistas e caribenhos. Portanto, concluímos admitindo a inexistência de um significado único e fixo para os termos que definem a região e alertando para o cuidado metodológico envolvido em seus usos, pois pressupõe-se o conhecimento da carga histórica de tais termos e o esclarecimento político do autor disposto a trabalhá-los.

Palavras-chaves: América Latina; Caribe; História; Geopolítica.

Financiamento: Bolsa Mestrado CAPES/CNPq

Introdução

A menção a um país é acompanhada, na mente do interlocutor, de referências às suas fronteiras e algumas informações básicas que porventura

conheçamos, como sua língua, sua bandeira e outros símbolos culturais. Se a menção é a uma região, tal imagem já se faz mais difusa. Podemos até imaginar algumas fronteiras e um ou outro aspecto mais geral, entretanto, estamos dependentes da definição de nosso locutor. Quando essa definição não é clara pode haver desencontros entre o que se pretendia ser dito e o que foi assimilado. Caso a finalidade da mensagem seja científica, a necessidade de clareza cresce exponencialmente. Essa característica comunicativa torna-se especialmente problemática se tratarmos de uma região ampla e diversificada, como é o caso da América Latina, ou cheia de pluralidades e contradições, como a região caribenha. Tamanha riqueza de histórias e culturas, ora opostas, ora convergentes, criaram nessas duas regiões¹ uma diversidade de nomenclaturas e de significados para essas nomenclaturas. América Latina, América Hispânica, Ibero-América, Indo-América, Nossa América (*Nuestra America*), são exemplos da primeira. Caribe, Antilhas, Grã-Caribe, Índias Ocidentais, exemplificam o segundo caso. Um estudo dos surgimentos, significados, mudanças e apropriações desses termos se justifica por esclarecer aspectos importantes, porém normalmente ignorados, que permeiam e constituem tal terminologia.

Objetivos

Este trabalho se propõe a elencar e analisar a multiplicidade de termos para nomear a região da América Latina e do Caribe segundo sua carga histórica, política e metodológica. A princípio realizaremos um levantamento dos termos mais utilizados para denominar a região. Procederemos então para a análise da trajetória desses termos ao longo da história procurando elucidar as disputas políticas que reclamam seus sentidos.

Resultados

Um dos mais conhecidos e importantes estudos sobre o histórico e a multiplicidade do termo Caribe é o trabalho "*La invención del Caribe a partir de 1898 (Las deficiones del Caribe, revisitadas)*", fruto de uma conferência do

¹ O Caribe pode ser compreendido como parte da América Latina, o que conformaria uma única região. Compartilhamos dessa ideia, entretanto, para os fins da presente análise, trabalharemos com os dois termos em separado.

autor, o historiador porto-riquenho Antonio Gaztambide, depois publicada em forma de artigo, sendo constantemente revisada, ampliada e republicada a partir de então.

De forma sucinta, o autor aponta que a Região do Caribe recebe este nome do Mar que o banha, o qual por sua vez, recebe esse nome das populações indígenas que ali habitavam, as quais assim são batizadas pelo colonizador espanhol, por fim o termo é popularizado na transição da hegemonia europeia para a americana (GAZTAMBIDE, 2006). Neste breve histórico já temos uma dimensão da variedade de fatores envolvidos na concepção de um único termo. No entanto, durante esse processo inúmeros nomes foram cunhados, ressignificados ou caíram em desuso.

Não deixa de ser significativo que os primeiros termos utilizados para denominar a região advenham de uma visão equivocada do colonizador espanhol. Assim, ao desembarcar nas ilhas que hoje constituem as Bahamas, Cristovão Colombo acreditando ter dado a volta ao globo, chama essa terra de Cipango, um termo designado para se referir ao Japão (REINOSA e GARCIA, 2013, p. 23), logo esse termo foi abandonado. Corrigiu-se o erro, mas apenas parcialmente, pois se passou a denominar a região de Índias Ocidentais, ainda baseado na ideia errônea da plena circunavegação do globo. Essa concepção subsiste até hoje, com maior ênfase em sua tradução anglófona – *West Indies* – referindo-se as antigas colônias britânicas na região². Paralelamente, diversos nomes eram utilizados em referência ao mar que circunda a nova terra, conforme demonstra Gaztambide ao analisar antigos mapas. Nota-se o desencontro entre as diversas terminologias utilizadas que vão desde termos vagos como “Mar Oceano” e “Mares do Norte” até cunharem novos nomes como “Mar das Antilhas” e “Mar Caribe”. (GAZTAMBIDE, 2006, p.4) Os mais

² São elas: Anguilla; Antigua e Barbuda; Barbados; Bermudas; Dominica; Granada; Ilhas Virgens Britânicas; Ilhas Cayman, Jamaica; Montserrat; Santa Lucia; São Cristovão e Nevis; São Vicente e Granadinas; Trinidad e Tobago; e Turks e Caicos. As Ilhas Virgens, Cayman, Anguilla, Bermudas, Montserrat e Turks e Caicos permanecem enquanto possessões britânicas, as demais ilhas se constituíram em Estados independentes. Belize e Guiana (antigas Honduras Britânicas e Guiana Britânica, respectivamente) também foram colônias britânicas na região, mas sua posição continental (no istmo da América Central e na costa norte da América do Sul, respectivamente) gera controvérsias quanto ao pertencimento ou não às *West Indies*. Esta discussão é complexa e abriria espaço para outro trabalho, se deter nesta questão não é nossa intenção no momento.

vagos caíram em desuso, por sua inexatidão, enquanto os mais específicos coexistem para denominar o mar e as terras que lhe são envoltas.

Normalmente tratados como sinônimos, os termos Antilhas e Caribe se diferem principalmente por sua abrangência, enquanto o segundo se espalha pelo continente e/ou pelo istmo, a depender da acepção, o primeiro se refere exclusivamente às ilhas, embora também dê vazão a subdivisões. Assim, temos as Antilhas Maiores, conjunto de ilhas de maior proporção territorial (Cuba, Haiti, República Dominicana e Porto Rico) e as demais ilhas como Antilhas Menores. Além da divisão entre Antilhas Maiores e Antilhas Menores. Também é comum referir-se a antigas e atuais possessões europeias com esse termo seguido da nacionalidade da metrópole, formando dessa forma as “Antilhas Francesas”, “Antilhas Holandesas” e ainda “Antilhas Britânicas”, esta última confundindo-se com as *West Indies*.

No centro da argumentação de Gaztambide está a ideia do Caribe como um invento do século XX, tese que o autor popularizou, sendo ela disseminada a diversos estudiosos da região, como Norman Girvan, Milagros Martínez Reinosa e Felix Valdéz García. Entretanto, essa invenção se refere ao conceito de Caribe, melhor dizendo, aos diversos conceitos de Caribe, que ganham centralidade com a ascensão da hegemonia estadunidense ao fim da Guerra Hispano-Americana, sendo que o termo em si é tão antigo quanto à chegada dos europeus na região. Já em seu diário da primeira viagem à América, o navegador genovês Cristovão Colombo utilizou o termo para descrever os nativos antropófagos. Caribes, para os espanhóis, se tornou sinônimo de selvagens, isto é, os indígenas que se rebelavam contra o domínio de suas terras, se recusando à conversão espiritual e à escravidão (GAZTAMBIDE, 2006, p.2).

Deixa-se entrever dessa forma duas características que acompanham o termo Caribe ao longo de sua história. De um lado a origem colonizadora, destacada por aqueles que se recusam a usar o termo, como Fernando Ortiz, para quem a noção de Caribe não pode existir a não ser por “[...] *una cierta consideración económica de sabor imperialista* [...]” (ORTIZ, 1936 apud REINOSA e GARCIA, 2013, p. 28) ou por aqueles que mantém implícita ou explicitamente, essa pretensão imperial e reducionista. Por outro lado, também está presente o símbolo da insubordinação, que será requisitada por aqueles

que se dispuseram a recuperar a noção de Caribe como algo próprio e digno de orgulho, forjando a identidade caribenha na indignação frente aos diversos imperialismos que se instalaram na região.

Em “A invenção do Caribe como contracultura e a Revolução Cubana”, Dernival Venâncio Ramos (2008) analisará autores deste segundo grupo, dentre os quais se destacam Juan Bosch e Eric Williams. Ambos utilizam o mesmo recorte temporal (a vitória da Revolução Cubana como marco final de uma trajetória histórica que se inicia com a chegada dos espanhóis), o que se transfere para os títulos quase idênticos. Também compartilham o ano de publicação de seus trabalhos e a proposta de um Caribe insubmisso, ou para usarmos o conceito de Ramos, contracultural.

Segundo Ramos (2008, p. 463), essas obras criam “uma memória de resistência”. Dessa forma, com a Revolução Cubana e a onda de independências que se segue, expande-se a noção de rebeldia e insubordinação do termo “Caribe” dos indígenas indomáveis a todos caribenhos. Assim, tanto o trinatário-tobagense Williams em *“From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492-1969”*, quanto o dominicano Bosch em *“De Cristóbal Colón a Fidel Castro: el Caribe, frontera imperial”* fazem parte do processo de “reconquista” do termo Caribe pelos caribenhos.

Todavia, Ramos não trabalha a diferença da área de abrangência do termo para esses dois autores. Enquanto para Williams o Caribe corresponde exclusivamente às ilhas, Bosch trabalhará com uma noção que atualmente vem sendo chamada de Grão-Caribe. Portando, o trabalho de Ramos joga luz sobre a ressignificação do termo Caribe e nos ajuda a concluir seu panorama histórico, mas para visualizarmos a diversidade de recortes que assumiram o termo Caribe, devemos retornar a Gaztambide, que elenca três conjuntos de análises comumente utilizadas e acrescenta mais uma, da qual partilha.

As tendências visualizadas por Gaztambide são: 1) O Caribe Insular, restrito quase totalmente às ilhas, incluindo apenas Belize da América Central e as Guianas na América do Sul. Este recorte é mais utilizado em pesquisas históricas por ser o mais antigo, é o recorte utilizado por Eric Williams (2006, p.11). 2) O Caribe Geopolítico, soma-se os países da América Central às ilhas. É privilegiado nos estudos sobre as relações com os Estados Unidos da América por ter sido alvo preferencial de influência e intervenções

estadunidenses (2006, p.13). 3) O Grão-Caribe, inclui além das ilhas, o México, todos os países do istmo da América Central³, a Colômbia e a Venezuela, países sul-americanos que são banhados pelo Mar do Caribe – por isso esse recorte também é conhecida como “Bacia do Caribe” (2006, p.15). É o utilizado por Juan Bosch e vem sendo popularizado com a aproximação dos países sul-americanos, notadamente a Venezuela, com a região. A quarta tendência, adicionada por Gaztambide, se refere ao Caribe Cultural, ou Afro-América Central, tem um pendor menos geográfico, não se circunscrevendo entre países, mas entre regiões dentro desses países que possuem a mesma herança histórico-cultural, podendo avançar inclusive por partes do Brasil e dos EUA, que compartilham da cultura escravista e monocultora do *plantation* (2006, p.18).

O quadro montado por Gaztambide possibilita visualizar com clareza os usos do termo Caribe de acordo com suas principais tendências, no entanto, ainda há uma multiplicidade de concepções que não se enquadram nas divisões formuladas pelo autor, como a do escritor colombiano Oscar Collazos que narra a invasão do mar do Caribe pelo Oceano Pacífico para delimitar a região seguindo as curvas das águas que “*entra[n] por canal de Panamá, corre por toda la franja del Pacífico hacia el sur [...] llega al norte de Ecuador a las costas de Esmeralda y acaba por crear una estación provisoria y casi final en Guayaquil*” (COLLAZOS, 1999 apud REINOSA e GARCIA, 2013, p. 33). Ou ainda a concepção pós-moderna do cubano Antonio Benitez Rojo, de Caribe enquanto um meta-arquipélago cultural que carece de centro e limites (ROJO, 1998, p.V). Diante do prisma de concepções disponíveis, somamos vozes com a afirmação de Norman Girvan (2000, p.4):

“[...] la noción de Caribe ha sido – y está siendo – continuamente redefinida y reinterpretada, en función del interés por ofrecer respuestas a las influencias externas y a los procesos internos. Una posición apropiada es sostener que no hay una definición “precisa” o consumada; el contenido

³ Outra região de definição complexa e diversificada, que daria luz a novos trabalhos. Resumidamente podemos definir duas tendências para a delimitação da região da América Central. De um lado há a inclusão dos setes países do istmo (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá). De outro lado há a referência aos cinco países mais próximos culturalmente (excluindo Belize, de independência tardia e colonização britânica – enquanto os demais sofreram colonização espanhola – e o Panamá, que se separa tardiamente da Colômbia em um processo discutido como artificial e sob forte influencia estadunidense). As diferentes matizes entre essas duas tendências infelizmente não cabem no âmbito deste trabalho.

depende más bien del contexto, pero ello debe especificarse com claridad cuando se emplee con propósitos descriptivos o analíticos [...].

Semelhante processo ocorre com a América como um todo e com a América Latina em particular. O nome Índias Ocidentais cunhado por Colombo se expandiu para denominar todo o continente. Ao indicar que não se tratava apenas de algumas ilhas, mas um novo mundo (que também passou a ser um termo comum – Novo Mundo – em contrapartida ao Velho Mundo europeu), Américo Vespúcio eternizou seu nome junto à nova terra, levado ao feminino para combinar com os demais continentes conhecidos (Europa, Ásia, África) pelas mãos do cosmólogo alemão Martin Wakdseemüller (PORTO-GONÇALVES, 2009; QUENTAL, 2012).

Os nomes dados para a terra pelas populações originárias – como Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama e Abya Yala, conforme apresentado por Porto-Gonçalves (2009) – são varridos, junto com o extermínio desses povos e a supressão de suas culturas no processo de colonização. Novamente temos o surgimento do termo com a força colonizadora, mas no caso da América o termo é totalmente exógeno, sem nenhuma ligação com o local e seus povos, como se deu com o Caribe. Além disso, Porto-Gonçalves (2009, p.26) aponta que a expressão “América”:

[...] só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotada pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência.

Portanto, a aceitação do termo pela população agora constituinte do continente passa por um novo processo de colonização, uma colonização interna através da qual as elites locais impõem seu poder aos povos originários novamente alijados e também aos diferentes povos e etnias trazidos da África para serem escravizados que permaneceram por aqui, aumentando ainda mais a miscigenação e a diversidade do continente (assim como nas ilhas).

Os Estados Unidos da América surgem entre a colonização externa européia e a colonização interna das elites, como mais uma potência imperialista a disputar influência na região. Desse emaranhado de interesses surgem diversos termos, ligando partes da América a esse ou aquele Estado europeu, de acordo com a intenção das elites internas e externas de ressaltar o

elo com a antiga metrópole, ou se aproximar de novas potências. A Hispano-América ligava-se aos espanhóis e a Ibero-América conforma quase todo o continente ao adicionar o Brasil, ligando-se assim também a Portugal.

O termo América Latina surge nesse mesmo processo, ligado às pretensões imperiais francesas ao se colocar como o único Estado capaz de defender a latinidade – constituída pela origem comum das línguas latinas e o catolicismo – nas Américas (PHELAN, 1979, p.7). Por outro lado, no norte destacava-se a América Anglo-Saxão, sob a égide da hegemonia britânica e vendo-se como superior aos decadentes impérios ibéricos. Com a ascensão da hegemonia estadunidense o termo América é tomado por este Estado. “A América para os americanos” simboliza a ascensão desse novo poder, um aviso velado às antigas potências, uma delimitação clara de área de influência, e por fim, a apropriação do nome América pelos Estados Unidos. Da necessidade de se contrapor a essa apropriação, emerge o termo América Latina. Hector Bruit (2000, p.2) destaca o fato de:

[...] o nome de América Latina, independentemente das razões ideológicas e políticas que envolveram seu nascimento, veio para rebatizar um continente que tinha perdido seu nome originário.

Como vimos, o nome América não foi o primeiro nome perdido por essas terras, já se havia suplantado diversas nomenclaturas indígenas, além disso, o uso de América para designar todo o continente permanece em disputa. Entretanto, ao fazer frente com a pretensão totalizadora estadunidense, o termo América Latina é ressignificado, unindo os povos desses diferentes países constantemente colonizados e explorados por potências externas.

À medida que os grupos sociais historicamente subalternizados ganham força e voz, outros nomes surgem, ou em alguns casos, reaparecem para designar a região segundo novos pontos de vista. José Martí utiliza o termo “Nuestra America”. Mariátegui pensa em uma América Indo-Ibérica, adicionando os elementos indígenas (BRUIT, 2000). Recentemente, os povos originários vêm promovendo um resgate de um daqueles termos nativos, *Abya Yala*, que na língua do povo Kuna, significa *Terra madura*, *Terra Viva* ou *Terra em florescimento* (PORTO-GONÇALVES, 2009). Dessa forma, a América Latina permanece na condição descrita por Octavio Ianni (2000, pp.2-6), quando se deteve na discussão do enigma latino-americano:

[...] a América Latina continua em busca de uma visão de si mesma, algum significado essencial. Conforme tem ocorrido em várias épocas da sua história, outra vez ela se defronta com mais interrogações do que respostas, mais inquietações do que perspectivas. [...] Apesar dos diferentes nomes que tem recebido, ou ostente, continua parecendo volátil, atravessada por situações e acontecimentos que não cabem neste ou naquele conceito, ou que o extrapolam: América Latina, Ibero-américa, Indo-américa, Afro-américa, Hemisfério Ocidental, Nuestra América; depois de ter sido Índia Ocidental, Novo Mundo, Paraíso, Eldorado, América.

Considerações Finais

Os nomes que aqui designam a Terra (as diferentes Américas, Abya Yala) e o Mar (Caribe, Antilhas) são etéreos, ora diáfanos, deixando transparecer o elo entre o termo e aquilo que se pretende descrever, ora nebulosos, escondendo a ligação e suas pretensões. O pesquisador que se debruça sobre nossa complexa e contraditória região deve estar ciente que iluminar ou obscurecer esse vínculo faz parte da própria construção de nosso ser, nossa consciência e nosso espaço, pois:

[...] o mesmo pensamento que descreve, compreende, explica ou nomeia, participa decisivamente da constituição do objeto
[...] Quem nomeia, constitui, articula e significa o nomeado, seja este real ou imaginário. (IANNI, 2000, p.12)

As fronteiras, os povos e as nações que florescem desde a Terra do Fogo até o muro fronteiro no México (tão sólido quanto simbólico) se unem ou se fragmentam ao longo da história. Neste conturbado processo enunciam-se e calam-se diversos nomes e diversas vozes. Utilizar determinado termo consiste em um duplo processo de unir-se ao coro e silenciar. Desta forma, é novamente Ianni quem melhor sintetiza as angústias e as potencialidades do pesquisador que se dedica a repensar essa região mágica e misteriosa:

Resta sempre o desafio diante de cada um e todos, no sentido de formular o melhor nome, o conceito mais preciso, a metáfora mais fina. Cada um e todos buscando apreender o mistério da alegoria escondida na história e geografia. (IANNI, 2000, p.41).

Referências:

BRUIT, Héctor H.. A Invenção da América Latina. In: ENCONTRO DA ANPHLAC, 5., 2000, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte: 2000. p. 1 - 12. Disponível em:

<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/hector_bruit.pdf>.

Acesso em: 3 ago. 2015.

GAZTAMBIDE, Antonio. La invención del Caribe a partir de 1898 (las definiciones del Caribe, revisitadas). **JANGWA PANA** v. 5, n. 1, nov. 2006.

Disponível em:

<<http://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/jangwapana/article/view/441>>.

Acesso em: 26 de maio de 2015.

GIRVAN, Norman. Reinterpretar El Caribe. Revista Mexicana del Caribe. Chetumal: Universidad de Quintana Roo, a. IV, no. 7, 1999, p.1-25. Disponível

em:<<http://www.normangirvan.info/wp-content/uploads/2007/11/reinterpretar-al-caribe.pdf>>. Acesso em: 03 Ago. 2015.

IANNI, Octávio. Enigmas do pensamento latino-americano. **São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 2000.

Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/iannienigmas.pdf>>.

Acesso em: 03 Ago. 2015.

PHELAN, John L.. **El origen de la idea de America**. Ciudad de Mexico: Unam, 1979. (Cuadernos de cultura latinoamericana).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 20, dez. 2009. ISSN 2176-9109. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/16231>>. Acesso em: 03 Ago. 2015. doi:10.5380/dma.v20i0.16231.

QUENTAL, P.. A latinidade do conceito de América Latina. **GEOgraphia**, América do Norte, 14, jan. 2013. Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/520>>.

Acesso em: 03 Ago. 2015.

RAMOS, Darnival Venâncio. A Invenção do Caribe como Contracultura e a Revolução Cubana. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, v.8, n. 16, p.459-469, 2008. Disponível em:

<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/2442>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

REINOSA, Milagros Martínez; GARCIA, Félix Valdés. ¿De qué Caribe Hablamos? In: SALAZAR, Luis Suárez; AMÉZQUITA, Gloria (Comp.). **El Gran**

Caribe en el Siglo XXI: Crisis y Respuestas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2013. p. 21-34. (Grupos de trabajo de CLACSO).

ROJO, Antonio Benitez. **La isla que se repite:** El Caribe y la perspectiva posmoderna. Hanover: Ediciones del Norte, 1998.